



## **DANÇA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR NUMA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO<sup>1</sup>**

Alessandra, Matos Terra<sup>2</sup>  
Diego Ferreira Tonietti<sup>3</sup>  
Marlini Dorneles de Lima<sup>4</sup>

### **RESUMO**

*O presente texto teve como intuito estudar e refletir questões que permeiam a educação e o paradigma da inclusão, articulando com as possibilidades da dança como conteúdo das aulas de educação física numa perspectiva inclusiva, atenuando com a cultura do “corpo ideal” que permeia para além da dança, as relações sociais. O caminho metodológico adotado foi um ensaio teórico, abordando eixos norteadores para a compreensão do tema, o qual nos permite apontar para a dança enquanto uma linguagem artística que pode perseguir e sinalizar caminhos para a expressão singular dos corpos, inaugurando outras relações de corpo e educação inclusiva.*

*Palavras-chave: Dança, Educação e Inclusão.*

### **INTRODUÇÃO**

Estamos observando uma tendência de movimentos e concepções voltadas a transformações sociais, na tentativa de perceber e legitimar, mesmo dentro de um sistema econômico excludente, a possibilidade de se falar a respeito de pessoas que ainda são marginalizadas, desvalorizadas, ignoradas, sejam devido as diferenças sociais, étnicas, de idade, ou por deficiências congênicas ou adquiridas.

Muito embora o tema da inclusão e exclusão social esteja presentes nos debates, em artigos e documentos oficiais que normatizam e legalizam as questões educacionais de lazer, acessibilidade, entre outras, precisamos nos questionar que concepção e sentido subsidiam essas propostas, para onde apontam, de que forma contribuem para formação de profissionais, e também para as pessoas com deficiência.

Gaio e Góis (2006) nos lembram que alguns estudos sobre a diversidade humana e a resignificação do estar em sociedade por meio da inclusão social já vem há muito tempo demonstrando a busca de novos olhares e ações que elucidam as diferentes possibilidades de lidar com as diferenças humanas, não como um fator limitador, mas como uma

---

<sup>1</sup>Artigo entregue como requisito para conclusão da disciplina “Educação Física adaptada, inclusão e diferença” ministrada pela professora Ms. Ana Paula Salles da Silva durante a graduação

<sup>2</sup>Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás (2009). Aluna do programa de pós-graduação da Universidade Brasília. Professora na rede estadual de Goiás.

<sup>3</sup>Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás (2009). Aluno do programa de pós-graduação da Universidade Brasília. Professor na rede estadual de Goiás.

<sup>4</sup>Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás.



possibilidade de troca, de enriquecimento do convívio humano e de aprendizagem com as diferenças.

Uma dessas possibilidades de vivenciar e promover respeito e entendimento sobre as diferenças é a dança que, enquanto linguagem, permite “mostrar, explorar e valorizar os corpos” (Gaio e Góis, 2006 p.16). De forma a experimentar a singularidade dos corpos e suas infinitas possibilidades de movimentação e comunicação que se torna significativa a partir de uma proposta de dança na perspectiva da educação de todos os corpos, da reflexão crítica das denúncias das desigualdades sociais, das desvantagens e da marginalização ainda presente em alguns discursos e ações que legitimam um padrão de corpo que pode dançar, bem como aceitação do mesmo em outras esferas da sociedade, como mercado de trabalho, educação e lazer.

Vale salientar que a dança é um fenômeno sociocultural de grande relevância na sociedade, isso pode ser percebido após um simples olhar para o cotidiano: são as pessoas que praticam a dança enquanto profissão ou simplesmente por lazer, são elas que vão assistir a diversas apresentações, a dança esta presente de diversas formas nas transmissões televisivas, ou seja, as danças enquanto entretenimento.

Apesar da dança estar presente no cotidiano de grande parte da população, de uma forma ou de outra, enquanto arte e ou entretenimento, ela ainda vem sendo marginalizada no contexto escolar. Essa temática requer atenção urgente, pois, além de ser uma manifestação artística da cultura corporal que possibilita expressões e movimento com/pelo corpo está legitimada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998).

Sinais de aceitação ou não da dança, em seus diversos estilos e possibilidades são costumeiros em nossa sociedade, partimos do pressuposto da “dança como espaço de criatividade, de expressão, de liberdade, de diálogo; como algo que pode e deve ser experimentado por todos, sem limites” (GAIO, 2006, p. 17). É nesse sentido, e também a partir dele que adentraremos com a discussão sobre aulas de educação física inclusivas. Partindo do entendimento que a dança atende como:

[...] possibilidade de movimentos para além dos corpos, de forma e de técnicas perfeitas; como meio de comunicação e transmissão de idéias, de fala e de expressão dos diferentes e sobre as diferenças. Corpos que se expressão com prazer, valorizando sua essencialidade, quebrando paradigmas, despadronizando movimentos e criando novas realidades corpóreas. (GAIO, 2006, p. 17).

Logo, pensar em técnicas não padronizadas, corpos não idealizados, movimentos flexíveis, expressão de diferenças, é sobretudo, pensar um conteúdo que possa atender a todos os partícipes na realidade de nossa prática pedagógica, digo isto visto a grande diversidade dos corpos: magros, altos, gordos, baixos, brancos, negros, deficientes mental, deficiente físico, dentre tantos outros.

Para pensarmos sobre isto nosso caminho metodológico a construção de um ensaio teórico, em que, sobretudo, buscamos enquanto objetivo, estudar as possibilidades da dança como conteúdo das aulas de educação física numa perspectiva inclusiva, atenuando com a cultura do “corpo ideal” que permeia não só no contexto da dança, onde valoriza o corpo jovem em detrimento ao idoso, o magro sobre o gordo, levando a uma série de hierarquizações que finalizam por manutenção da ordem estabelecida, ocasionando o equívoco de que existe um corpo que pode e outro que não pode dançar.



## APONTAMENTOS SOBRE: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E INCLUSÃO

A inclusão compreendida nesse estudo, enquanto um complexo tema que já de algum tempo vem sendo abordado pela literatura, de antemão ressaltamos que muitos foram os avanços produzidos academicamente, porém muito ainda deve ser feito. No esforço de que nossa produção textual seja coerente e enriquecedora, adotamos por analisar a inclusão à partir de nossa compreensão por sociedade e educação, pois entendemos que são categorias fundamentais e que estabelecem relação direta e intensa com a temática.

A sociedade está compreendida dentro do viés das lutas de classes, onde buscam afirmar/estabelecer seus interesses. Pretende-se que essa sociedade tenha uma consciência social, que possua seus interesses, valores, ética e moral como universais, pertencentes a todos os indivíduos, independente da sua origem ou posição de classe social. Em que “os interesses históricos da classe trabalhadora vêm se expressando através da luta e da vontade política para tomar a direção da sociedade, construindo a hegemonia popular” (COLETIVO, 1992, p.24).

A educação é compreendida enquanto uma prática social ocorrida em um determinado momento histórico, em que seu objetivo é de formar cidadãos que estejam articulados com sua sociedade. Tal concepção advém principalmente da pedagogia Histórico-Crítica, pensada principalmente por Demerval Saviani, que em suas palavras (2003, p. 17) expressa que: “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

À medida que estamos situados em uma sociedade capitalista onde a apropriação se dá, sobretudo de forma privada, concluímos que os trabalhadores por não serem detentores dos meios de produção não têm acesso aos espaços e possibilidades criados pelos e para os seres humanos, acarretando no distanciamento do indivíduo de seu gênero humano. Interessante pensar que ao adotarmos uma concepção de educação que atenda aos interesses da classe trabalhadora (pedagogia histórico-crítica) estamos adotando uma proposta de transformação da sociedade, almejando a superação das desigualdades sociais, rompendo com a exclusão das possibilidades do indivíduo se apropriar das produções humanas.

Logo, pensar a inclusão é entender que os diversos habitantes do planeta deveriam ter os mesmos direitos e deveres da realidade social, seja onde estiverem inseridos, na educação, no lazer, no trabalho, etc. (GAIO, 2006, p. 16). Entretanto, o que estamos observando é que a educação adquiriu o paradigma hegemônico, ou seja, a configuração de uma sociedade excludente e que desrespeita os mais básicos direitos humanos a cada segundo, mantendo-se cruel e desigual, cujas transformações apontadas pelas diretrizes de diferentes documentos encontram algumas barreiras e contradições a serem ultrapassadas, contradições estas oriundas do próprio sistema. (LIMA & PALMA, 2006). Nesse caso ao falar a respeito da inclusão, fenômeno este que se configura nas bases da arquitetura social, Carvalho apud (LIMA E PALMA, 2006, p. 133) diz que

Estamos vivendo num mundo de globalização, que tem uma característica humanística numa das suas faces, mas outra das suas faces tem uma características de cunho economista em que a competitividade, as leis do mercado estarão cada vez mais impregnando as relações inter-pessoais.



Também com Lima e Palma (2006), torna-se um desafio incorporar práticas que se sustentem não apenas por leis e diretrizes, mas sim por atitudes, de ser e estar em uma sociedade que possui corpos diferentes e singulares, pois nossa sociedade carrega como marca sua capacidade de excluir, segregar, competir e estigmatizar.

Porém precisamos salientar a importância de fomentarmos mudanças significativas em sentido amplo, pois a inclusão implica o desenvolvimento e a mudança de paradigmas, onde o apoio mútuo e a consideração das diferenças de todos são aspectos fundamentais. A respeito da inclusão, Oliveira (2002), nos diz:

A inclusão sociocultural de homens e mulheres e crianças deficientes, dada sua importância em termos de reconhecimentos de direitos de cidadania para a totalidade dos indivíduos, requer esforços sistemáticos na expectativa de disseminação de um corpo de conhecimentos que superando a ideologia do mercado, possa contribuir para a inserção real de todos no contexto cultural e da vida com dignidade e qualidade social.

Não somos ingênuos ao ponto de pensar que o “quadro” atual será transformado da noite para o dia, pelo contrário, aos nossos olhos deve-se estabelecer uma relação contínua de tensão (permanente) entre professor e aluno durante as aulas, isso pois: “[...] a ação educativa inclusiva nos moldes atuais é tarefa complexa, pois a vida escolar se comporta de forma excludente” (FALKENBACH, 2007, p. 105).

Aproximando esta discussão com a herança histórica da educação física brasileira (eugenista, militarista, esportivista) na qual, a própria se configurou com um caráter discriminador/excludente. Concordando com as considerações de Castellani Filho (1988) o qual a forma que os interesses depositados na prática da educação física pautavam-se pela eugenia da raça, formação de corpos disciplinados, dóceis e adestrados, cuja os corpos com alguma deficiência e/ou menos habilidosos estão explicitamente e em outros momentos históricos implicitamente excluídos da aulas de educação física.

Nas palavras de Santin (2001) citado por Falkenbach (2007, p. 105): “A histórica segregação exercida na prática da educação física no Brasil esclarece o papel da disciplina na história, bem como o comportamento atual da sua prática pedagógica.” Com estes autores, percebemos herança histórica regada de padronizações de corpos e de movimentos, da lógica do rendimento e do disciplinamento.

A aproximação e o diálogo de diversas áreas de conhecimento é fundamental para avançarmos rumo a prática inclusiva na educação física, sem perder de vista a reflexão que suscita, conforme Lima e Palma (2006), vislumbrar possibilidades de percurso pedagógico em que o paradigma da inclusão seja percorrido mesmo que nas pequenas atitudes e gestos, tornando as vivências educacionais mais significativas, cuja as diferenças transformam-se em riquezas a serem exploradas no diálogo manifestado na corporeidade e na cultura corporal de cada sujeito, superando o discurso e a valorização dos padrões de normalidade, cedendo lugar ao respeito a diversidade fruto de uma interação recíproca e complexa entre os corpos.

O debate que tentamos travar almeja a efetivação dos direitos das pessoas enquanto direitos universais, para isto existe a possibilidade de contribuição da dança escolar, especialmente, pela superação das práticas excludentes. Agora “o desafio é recuperar a confiança dos professores na sua própria competência para ensinar crianças que durante anos foram marginalizadas da educação regular” (MITTLER & MITTLER, 2001, p. 65).



## ENTENDENDO A DANÇA NA EDUCAÇÃO

*Dançar sem limites é incluir diferentes no mesmo espaço, distribuir alegria por todos e para todos, aceitar corpos e corpos, vislumbrar o belo nos movimentos e figuras que afloram da diversidade humana. (GAIO, 2006, p.22)*

A dança, enquanto conteúdo da cultura corporal, articulada a um projeto transformador: “[...] permite uma nova postura diante das possibilidades artísticas, e estéticas e constitui-se em uma forma de resistir às limitações impostas, possibilitando rupturas com padrões vigentes, próprias do ser prático que caminha para a transcendência” (Tolocka, citado por Gaio, 2006, p. 17).

Ao argumentar sobre a intersecção dança, educação e sociedade, Marques apresenta que:

A escola pode, sim, fornecer parâmetros para sistematização e apropriação crítica, consciente e transformadora dos conteúdos específicos da dança e, portanto, da sociedade. A escola teria, assim, o papel não de “soltar” ou de reproduzir, mas sim de instrumentalizar e de construir conhecimento em/por meio da dança com seus alunos, pois ela é forma de conhecimento, elemento essencial para a educação do ser social. (2007, p. 23-24).

Se buscamos a construção de uma sociedade menos desigual, entendemos que a dança escolar contribui para a educação do sujeito crítico, a medida que transforma o paradigma do corpo “apto” para a dança, respeitando as individualidades das pessoas. Sobre a dança na escola, Marques (2007, p. 27-28) diz:

[...] menos carregada da tradição da dança em si, que os ideais de corpos para aqueles que dançam (magreza, flexibilidade, juventude) ainda estão muito presentes em nossa sociedade. As aulas de dança podem se tornar um verdadeiro campo de concentração para aqueles que não atendem às expectativas (mesmo que inconscientes) dos professores de dança em relação ao corpo “apto” para esta disciplina. O reverso da moeda, no entanto, pode ser trabalhado por meio das aulas de dança: uma visão crítica, experimentada e vivida sobre o corpo em sociedade e suas relações com a moda, a mídia, a medicina.

A partir dessa breve contextualização do papel da educação frente a sociedade e isso na perspectiva da inclusão, buscaremos compreender os enfoques que o universo da dança perpassa frente suas relações/implicações enquanto conteúdo da Educação Física. Isso partindo da compreensão que a Educação Física:

[...] é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, *dança*, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.50, grifo nosso).

Na qual busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o cúmulo de configurações de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal, que podem ser compreendidas como



formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), temos que:

A Educação Física permite que se vivenciem diferentes práticas corporais advindas das mais diversas manifestações culturais. Permite também que se perceba como essa variada combinação de influências está presente na vida cotidiana. Particularmente no Brasil, as danças, os esportes, as lutas, os jogos e as ginásticas, das mais variadas origens étnicas, sociais e regionais, compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado. O acesso a esse conhecimento contribui para a adoção de uma postura não preconceituosa e não discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sociais (religiosos, econômicos e de diferentes origens regionais) e das pessoas que deles fazem parte. (BRASIL, 1998.p. 30)

E assim, a dança é organizada como um conteúdo da Educação Física, e que na perspectiva do Coletivo de Autores (1992, p.58):

Considera-se a dança uma expressão representativa de diversos aspectos da vida do homem. Pode ser considerada como linguagem social que permite a transmissão de sentimentos, emoções da afetividade vivida nas esferas da religiosidade, do trabalho, dos costumes, hábitos, da saúde, da guerra etc.

A escola pode “fornecer parâmetros para sistematização e apropriação crítica, consciente e transformadora dos conteúdos específicos da dança e, portanto, da sociedade”. Tendo assim “o papel não de “soltar” ou de reproduzir, mas sim de instrumentalizar e de construir conhecimento em/por meio da dança com seus alunos”. (MARQUES, 2007, p.23)

De acordo com Marques, a dança contribui para a educação do ser humano, pois possibilita que os corpos sejam capazes de criar pensando e re-significando o mundo em forma de arte. Para tal, é importante que esses corpos estejam engajados com o seu fazer-pensar, no qual “o corpo que dança e o corpo na dança tornam-se fonte de conhecimento sistematizado e transformador” (2007, p.25).

É importante que em qualquer processo educativo levemos em consideração o contexto dos alunos, em destaque na dança, o corpo expressa sua história, suas vivências em sociedade, suas escolhas e repertórios de movimento têm uma relação com o contexto onde vive suas relações pessoais, suas percepções e imaginações

A mesma autora nos alerta que muitos professores (não formados em dança) usam a dança como recurso, meio, diversão e atividade extracurricular e não trabalha com as questões sociais que se articulam as práticas artísticas e pedagógicas na construção da cidadania, e isso é algo que devemos superar na nossa prática pedagógica, sendo que entendemos que a dança, para além de um conteúdo, é um fenômeno artístico, que possui aspectos sócio-históricos que não devem estar dissociados no processo educativo.

Barreto (2004, p.127) isso “[...] permite ao indivíduo decidir, criticar, criar e expressar o que sente e pensa, no mundo em que vive”. A autora elucida em seus estudos, uma concepção de dança como forma e expressão artística, e busca compreender tal fenômeno a partir das suas próprias experiências, que envolve a corporeidade e a expressividade humana.



Temos pontos relevantes para reflexão acerca do ato de dançar, assinalados por Barreto (2004, p.125) no qual, é admissível dizer que:

[...] dançar é se tornar presença em momento e movimento, refletindo imagens e criando formas. O corpo que dança é o próprio ato de expressão, e seu tempo-espaço só pode ser o presente. Dançar é imaginar, fazer e acordar em outros interiores e exteriores seus próprios olhares e imaginação.

O dançar não está presente apenas no ato se movimentar, mas em toda a intencionalidade, e expressividade que se dá ao corpo que esteja se propondo a dançar, num espaço e tempo determinado. É importante deixar claro que para nós qualquer corpo pode ser esse corpo proponente (que propõem a dançar) desde que possua condições (tempo, espaço) e desejo/vontade para dançar.

No entanto, devemos ter o cuidado no ensino da dança, para não sustentar os paradigmas mecanicistas, separando o *ser que dança*, de sua autonomia e potencial criativo, pois esse ensino está presente em diferentes espaços (academia, escola, rua, festas) e que pode estar atrelado a uma compreensão do todo como a soma das partes e busca no entendimento da parte à compreensão do todo, reproduzindo um modelo mecânico e tradicional de educação e não abrindo o olhar para uma visão de dança-educação. (BARRETO, 2004)

Segundo Mansur (2003) quando se fala de dança logo também se fala de movimento, e concomitantemente de educar o movimento, no qual esse educar significa extrair de si algo que mostre significado, produza sentido na vida do indivíduo. Assim esse educar da dança não é moldar os sujeitos em um padrão, ou seja, ao ensinar dança não podemos buscar padronizar os corpos das pessoas nem mesmo os sentidos e significados que cada um dos sujeitos traz, devemos procurar instigar nos alunos à vontade e possibilidade de expressão.

Educação é vida, como é vida a existência da dança, como é vida a essência do movimento. Educar significa traduzir para fora o que foi produzido dentro, elaborar o movimento interno em busca do movimento externo, transformando o que é abstrato e incompleto em algo real e, momentaneamente, completo. (MANSUR, 2003, p.213).

No seu estudo sobre dança, diversidade e inclusão social Gaio e Góis (2006) afirmam que dançando podemos transmitir muitos conhecimentos, e propõem que esse discurso seja repercutido enquanto cultural corporal constituída na sociedade, sendo ela uma cultura voltada para o entendimento e atendimento às diferenças, com uma heterogeneidade de corpos, de interesses, de desejos e de vontade de usufruir os tempos de vida sobrepondo à hegemonia corporal, ao padrão, à estética vigente. E com essa concepção de dança possibilita que o nosso olhar fique mais aberto e atento a diversidade de corpos/ sujeitos/ alunos nas escolas e possamos respeitar os limites de cada um, mas que também auxiliando e incentivando o seu desenvolvimento. Não é por ter limites que não devemos auxiliar nesse processo, pelo contrário, devemos criar procedimentos didáticos pedagógicos para que na diversidade haja aprendizado com qualidade.

Inseridos num contexto histórico é importante que compreendamos que:



São tão diferentes as maneiras de dançar quanto são os grãos de areia em uma praia. A dança, como a flora marinha, traduz uma diversidade magnífica e permite desde a execução de gestos altamente complexo até coreografias feitas apertadas com os olhos, mas que podem igualmente transmitir o que muitas vezes não pode ser dito por palavras. (TOLOCKA, 2006. p. 37)

E nessa diversidade da dança(s) e dos sujeitos que estão no processo para aprendê-las, é relevante também refletimos as propostas colocadas pelos PCN's, que indicam como referencia e diretriz da educação física em todas as regiões do país, tem como princípios a inclusão e diversidade num processo de aprendizagem, apontando para o princípio da diversidade, a qual orientará a decisões pedagógicas, como a construção do plano de ensino, os objetivos, conteúdos, metodologias de ensino e sistema de avaliação.

Essas reflexões sobre os aspectos do ensino e aprendizado da dança nas aulas de educação física não cessam por essas literaturas, mas nos instiga e auxiliam para continuar buscando construir uma concepção de aula inclusiva onde os sujeitos na sua diversidade são respeitados e são ativos desse processo de ensino-aprendizagem, no qual não deixemos de trabalhar e estimular a apropriação dessas diversidades na formação dos alunos. Sendo que nessa diversidade de corpos, de seres é que se constrói a possibilidade de ver o mundo de uma forma mais "humanizada" e menos "robotizada", no qual não existe a necessidade de tornarmos todos iguais, mas sim perceber que cada uma tem seu papel na sociedade de forma diferenciada, com qualidades e defeitos, e assim temos a consciência de que qualquer corpo pode dançar.

Sendo assim, quando a dança se preocupa em realizar atividades que incite a relação do corpo consigo mesmo, com outros corpos e com o meio, então esta possui um papel dinamizador e transformador desse corpo.

Segundo Lima (2002, p. 55), diz:

A dança compreende a união do movimento com o prazer, a alegria, a criatividade, a criticidade, espontaneidade, tristeza, expressão e a arte [...]. Vivenciar a dança proporciona um diálogo com o mundo, com o cotidiano, com a corporeidade, auxiliando a revelar a própria existência, pois a arte se confunde com a vida e a dança está contida nela. Falar de dança como sinônimo de vida significa perceber e reconhecer os conflitos da existência, das angústias do corpo, as opressões sociais e as transformações individuais e coletivas [...].

Dessa forma, os professores de educação física necessitam assumir-se como um facilitador no ensino-aprendizagem do corpo em movimento, e, ao trabalhar com o conteúdo de dança na escola ou fora dela, carecem não somente se comprometer com a emancipação intelectual dos alunos, como também estimular o em torno a enxergar uma sociedade pautada pela igualdade e pela diferença (GAIO, 2006).

## REFLEXÕES FINAIS

O ensino da dança nas aulas de educação física deve estar pautada numa perspectiva inclusiva de educação, no qual a organização/ sistematização das aulas devem ser feitas a partir da realidade dos alunos, e orientadas para que os mesmo em suas diversidades sejam contemplados no processo de ensino-aprendizagem e não apenas



possibilitar que os alunos se adéquem a proposta de aula, pois se tem uma idéia estigmatizada do corpo que dança e isso precisa urgentemente ser superado propondo que qualquer corpo pode dançar.

Com isso a atenção deve estar voltada para perceber se o contexto que a aula de dança está inscrita, não inibe a prática daqueles que possuem mais dificuldade, criando barreiras à inclusão social proposta, pois cada indivíduo trás consigo uma experiência própria de movimento, habilidades, gostos, percepções, em fim vivências, que constitui o sujeito enquanto um ser histórico, social e cultural.

Em suma a dança enquanto manifestação artística que acompanha a humanidade desde os primórdios e que sofre transformações concomitantemente a sociedade no processo histórico, assim é sistematizada em diferentes estilos, seja enquanto danças regionais, folclóricas, religiosas e se constitui enquanto um elemento rico a ser trabalhado nas aulas de educação física.

Diante disso percebemos que a dança tratada de forma adequada dentro da escola contribui para a formação do sujeito crítico, capaz de (re)significar a sociedade, pelo menos no que tange compreensão de que todos somos detentores de singularidades, e são essas singularidades que nos permitem respeitar o próximo, aceitando-o e convivendo harmoniosamente com nossas diferenças

Um grande desafio para os professores em suas praticas pedagógica como também para a proposta pedagógica desenvolvida ela escola, é superar o paradigma do corpo ideal para a prática da dança, na tentativa de abrir um caminho que pode minimizar a exclusão na aula de Educação Física, pois ao partirmos do pressuposto de que dança é linguagem/expressão e que todos são capazes de nos expressar/comunicar, logo todos somos capazes de dançar.

Após o referencial adotado respaldar nossa perspectiva de que todas as pessoas são seres possíveis de dançar, uma aula inclusiva de Educação Física tendo enquanto conteúdo a dança se apresenta enquanto uma possibilidade (talvez necessidade) para a leitura crítica da sociedade, contribuindo para a formação de sujeitos capaz de identificar os limites e contradições existentes nos dias atuais. Contudo, esperamos ter contribuído para a discussão do tema e sabemos que ainda muito deve ser feito à esse respeito, nesse sentido existe a necessidade de que os estudos continuem, sobretudo em proposições didático-metodológicas para o trato adequado das aula de dança inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Débora. *Dança...: ensino, sentidos e possibilidades na escola*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física, 1998.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo SP: Ed. Cortez, 1992.



FALKENBACH, Atos Prinz. Didática da educação física e inclusão. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas-SP, v. 28, n. 2, p. 103-119, jan. 2007.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de. (org.). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

GAIO, Roberta; GÓIS, Ana Angélica F. Dança, diversidade e inclusão: sem limites para dançar! In: TOLOCKA, Rute Estanislava; VERLENGIA, Rozangela(org). *Dança e diversidade humana*. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Matrículas de Crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala? In: GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de. (org.). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LIMA, Marlini D. *Dançando a Corporeidade com Síndrome de Down*. Monografia de (Especialização) Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

LIMA, Marlini & PALMA, Luciana Erina. *Reflexões acerca dos (des) caminhos da educação física na perspectiva do paradigma da educação inclusiva*. In: O fenômeno esportivo: ensaios críticos-reflexivos/Rezer, Ricardo (org).Chapecó: Argos, 2006.

MARQUES, Isabel A. *Dançando na escola*. São Paulo: Cortez, 2007.

MASUR, Fauzi. Sobre o movimento, educar o movimento e dançar. In: CALAZANS, Julieta; CASTILHO, Jacyan; GOMES, Simone (coordenação). *Dança e educação em movimento*. São Paulo: Cortez, 2003.

MITTLER P.; MITTLER P. Rumo a inclusão In: *Pro-posições*, Campinas-SP: v. 12, n.2-3, p. 60-74, jul/nov. 2001.

OLIVEIRA,C.B. *Inclusão Educacional: intenções do projeto em curso*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas,V.23,n.2,jan.2002.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2003.

TOLOCA, Rute Estanislava. Aprendizagem e dança com grupos heterogêneos. In: TOLOCKA, Rute Estanislava; VERLENGIA, Rozangela (org). *Dança e diversidade humana*. Campinas –SP: Papyrus, 2006.